



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE MAIO DE 1996

Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Ministro Israel Vargas; Senhor Senador Fernando Bezerra, que foi o Relator do projeto no Senado; Senhor Deputado Ney Lopes, que foi o Relator na Câmara; Senador Antonio Carlos Magalhães; Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Kleinubing, nosso Vice-Líder do Governo; Senhores Ministros aqui presentes; Senhoras e Senhores;

Ao promulgar esta lei, chamada de patentes – na verdade, é de propriedade intelectual, é mais ampla –, nós damos término a um trabalho que durou quase cinco anos. Eu me recorro de que, quando estava no Ministério das Relações Exteriores, juntamente com o Ministro Israel Vargas, que já era Ministro da Ciência e Tecnologia, e com o Ministro Eduardo Vieira, que era Ministro da Indústria e Comércio, na época, nós retomamos esse tema, porque havia, ao redor dele, um conjunto muito forte de preconceitos e má compreensão objetiva das questões que estavam envolvidas.

Era difícil discutir a matéria sem que, imediatamente, parecesse que estávamos querendo patentear a vida. Obviamente, isso seria

inaceitável. Depois, havia a idéia de que, ao aprovar a lei de patentes, nós iríamos desproteger a indústria nacional – como se fosse necessário protegê-la e como se a indústria já não tivesse capacidade de caminhar por suas próprias pernas e apropriar-se do desenvolvimento científico e tecnológico. E outros preconceitos mais.

É natural que seja assim. Um país como o nosso, um país que está entrando num ritmo de transformações muito elevado e que sabe que tem que competir em nível mundial; um país que sabe, também, que a ciência é, por sua natureza, universal é um país que tem que passar a limpo uma série de prejuízos e uma série de informações que não são completas. E leva tempo.

O Governo jamais pressionou no sentido de que a discussão fosse encerrada. Poucos projetos foram objeto de tanta análise e investigação – depoimentos, volta depoimento, depõe de novo, mais uma vez –, porque não estão convencidos, como foi o caso desse projeto, na Câmara e, de novo, no Senado.

Creio que o fato de o Relator da última versão desse projeto – a modificação mais recente foi introduzida pelo Senado e, depois, convalidada pela Câmara – ser o Presidente da Confederação Nacional da Indústria é também expressivo, porque mostra que o setor produtivo brasileiro estava diretamente interessado. Foi ouvido, pela palavra do seu Presidente, que não seria insensível aos reclamos justos, não da proteção no mau sentido, mas do estímulo ao desenvolvimento da indústria nacional.

E toda essa matéria foi revisada sob essa ótica. Nenhuma decisão foi tomada que pudesse ter como conseqüência um prejuízo efetivo ao interesse nacional nem ao interesse do conhecimento e, muito menos, à transformação desse conhecimento em prática, via tecnologia. Pelo contrário, o Ministro Vargas já explicou, aqui, a parte relativa ao patenteamento de microorganismos, quando são transgênicos, quando existe uma modificação que se introduza neles e que possa ter um valor específico. E só nessa questão. Não houve, absolutamente, nenhuma – como eu vi tantas vezes dito –, nenhuma possibilidade, a mais remota, de que houvesse o patenteamento da vida, o que seria inaceitável.

Da mesma maneira com o resguardo aos nossos cientistas e às nossas tecnologias que estão assegurados por essa lei: quantas vezes organizações como a Embrapa, que são criadoras, que produzem uma modificação importante nas sementes, tinham que recorrer a expedientes fora do Brasil para resguardar seus interesses?

O que estamos fazendo, ao assinar esta lei, é acabar com a mentalidade colonialista, mentalidade daqueles que pensam que o Brasil não tem competência, dos que continuam achando que lá fora sabem tudo e vão nos dominar. Nem sabem tudo e nem vão nos dominar. Vamos compartilhar o conhecimento e vamos transformar o País, como estamos fazendo, de tal maneira que ele seja dono do seu próprio destino.

Ninguém cresce na base da rapinagem. Ninguém. Nenhum país cresceu assim. Dão o exemplo de um e de outro, e, quando você vai ver, na realidade não foi isso o que ocorreu. Depois que o país amadurece – e o mundo mudou tanto –, é preciso que haja, efetivamente, mecanismos que sejam fiáveis, para que os outros possam confiar, acreditar, também, na afirmação feita pelo país.

É o que está acontecendo com o nosso país. Nós somos fiáveis e, por isso, seremos confiáveis. A primeira prova de sermos fiáveis é confiarmos em nós mesmos. E nós confiamos em nós próprios; sabemos que temos um Congresso que zela pelos interesses do País, temos um Executivo que está respondendo a esses interesses e um povo que olha, e não pacificamente, olha demandando, olha vendo se está certo, se está errado.

Então, quando o projeto leva cinco anos e é aprovado, ninguém foi enganado, não houve nenhuma manobra para evitar que as questões fossem postas de relevo e fossem discutidas com muita firmeza; e que a decisão tomada fosse uma decisão negociada, no bom sentido.

Raramente a lei sai do Congresso do modo como foi enviada: ela passa – não pode patentear isso, não (*risos*) – por uma transformação importante no seu DNA. E isso vale para esta lei com muita força.

Creio que devemos olhar o que fizemos noutras áreas – por exemplo, na informática, onde, durante muito tempo, tivemos a ilusão de

que era possível fechar o Brasil às transformações que estavam ocorrendo no mundo. Resultado: estamos hoje correndo para ver se recuperamos um tempo perdido no nosso sistema produtivo. Estamos pagando um alto preço, por exemplo, pelo fato de que não se pôde há mais tempo utilizar técnicas de informatização no nosso sistema produtivo que nos permitiria, hoje, estarmos com menos medo de países que são, em geral, tecnologicamente mais atrasados do que nós, mas que se adiantaram nessa matéria da informática. Fizemos as modificações devidas com o Congresso, discutimos com o Congresso e o que aconteceu? Um grande avanço.

Ainda recentemente, o Ministro Vargas me trouxe dados que são bastante expressivos, e é preciso que deles o Brasil também tome conhecimento. Recentemente, alguém comentava, quando fiz a apresentação do programa social, que apenas 1.7% do orçamento eram destinados à área de ciência e tecnologia. Só que se esquecerem de que isso é o triplo do que era. Os 1.7% não se podem tomar isoladamente: como é que era? Isso significou três vezes mais.

Bem, mas não é só isso, não. Mais significativos do que isso são os dados relativos ao programa de incentivos para que as empresas façam pesquisas tecnológicas, muitas delas na área de informática, que hoje já orça em 1.6 bilhões de reais – 1.6 bilhões de reais que as próprias empresas têm, graças à renúncia fiscal; em parte, é o Governo que faz a renúncia fiscal, e, em parte, é dinheiro dos empresários que se agrega. Isso faz com que haja expansão da pesquisa científica no setor empresarial.

Então, um país que tem essa capacidade, hoje, de se renovar, de avançar nessas áreas todas; que tem, digamos, a maturidade para tomar decisões de investimento; onde o Governo entende que é preciso haver renúncia fiscal quando, efetivamente, o recurso de contrapartida é posto a serviço da pesquisa científica, tinha que ter uma lei de patentes, uma lei para atualização dos seus compromissos; e tinha que estar em condições de, na Organização Mundial do Comércio, poder discutir sem que houvesse sempre a pressuposição de que está-

vamos enganando – pior, enganando e sendo bobos porque não fizemos nada com essa enganação.

Durante o tempo todo em que foi possível copiar, multiplicar, nem isso se fez. Não houve avanço, embora com regras que não as mais corretas do ponto de vista do patenteamento; não aconteceu nada, pelo menos em anos e anos em que setores industriais ficaram paralisados e em que não havia investimento porque não havia uma regra estável, definida, para investimento. E aqueles que diziam que iam investir e que teriam uma imensa capacidade de copiar nem capazes de copiar foram.

Agora, quem sabe, tenham aprendido e, em vez de copiar, paguem um pouquinho àqueles que inventaram. E, quando se vai ver quanto se paga de *royalties*, é nada – tudo isso é uma grande figuração –, é nada. É muito pouco, do ponto de vista do País, o que realmente se tem que pagar àqueles que inventaram. E nós vamos inventar mais: inventar, patentear nossos inventos com coragem e, quem sabe, em vez de pagarmos nada aos outros, os outros comecem a nos pagar alguma coisa.

Muito obrigado aos senhores pela cooperação.